COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTE
PROJETO DE LEI Nº 2.102, DE 2015

Dispõe sobre iluminação pública em rodovias federais sob regime de concessão.

Autor: Dep. Felipe Bornier

Relator: Dep. Alexandre Valle

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO JAIME MARTINS

I – RELATÓRIO

O PL em questão almeja a implantação de iluminação pública nas rodovias federais sob regime de concessão.

Segundo a proposição, as concessionárias de rodovias federais ficam obrigadas a implantar iluminação pública em toda a extensão da malha rodoviária sob sua gestão.

Foi relator o Deputado Alexandre Valle, que votou pela rejeição do PL, ao argumento de que ele teria um alto custo ao usuário e que a medida esbarraria na questão da competência para a prestação do serviço de iluminação pública.

É o relatório.

II – VOTO

A proposição em questão tem um objetivo salutar, que é implementar a iluminação nas rodovias federais sob regime de concessão. Como se sabe, o Brasil é um país líder em acidentes de trânsito. Mudar esse cenário é imprescindível, e promover a iluminação das rodovias é fundamental para tanto.

A Lei 11.109/2004 prevê a possibilidade de realização de parcerias público-privadas. Tratam-se de contratos que estabelecem vínculo obrigacional entre a Administração Pública e a iniciativa privada visando à implementação ou gestão, total ou parcial, de obras, serviços ou atividades de interesse público, em que o parceiro privado assume a responsabilidade pelo financiamento, investimento e exploração do serviço, observando, além dos princípios administrativos gerais, os princípios específicos desse tipo de parceria.

No caso em tela, poderia ser utilizada a modalidade patrocinada, onde o serviço é prestado diretamente ao público, com cobrança tarifária que, complementada por contraprestação pecuniária do ente público, compõe a receita do parceiro privado.

Ora, a realização de tal parceria entre a concessionária e os entes federativos, notadamente União e Municípios (que, inclusive, poderiam firmar consórcios públicos previstos na Lei 11.107/2005), viabilizaria a instalação da iluminação pública ao longo das rodovias federais concedidas. No perímetro municipal, a parceria seria feita com o Município e, fora dele, com a União. Desta forma, os custos para a concessionária seriam atenuados e a questão da competência seria dirimida, pois os Municípios participariam dessa parceria.

Todavia, proponho o seguinte substitutivo, apenas com o intuito de aprimorar o texto.

Ante o exposto, conclamo os nobres pares a aprovarem esse Projeto de Lei.

Sala da Comissão 20 de junho de 2019.

Deputado **JAIME MARTINS (PROS/CE)**

PROJETO DE LEI Nº , DE 2015

Dispõe sobre iluminação pública em rodovias federais sob regime de concessão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a implantação de iluminação pública nas rodovias federais sob regime de concessão.

Art. 2º As concessionárias de rodovias federais ficam obrigadas a implantar iluminação pública em toda a extensão da malha rodoviária sob sua gestão.

Art. 3º Para viabilizar a implantação da iluminação ao longo das rodovias, poderão as empresas concessionárias, União e Municípios firmarem parcerias público-privadas, na modalidade patrocinada, e consórcios públicos, previstos na Lei nº 11.107/2005, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e atenuar o aumento da tarifa aos usuários.

Art. 4º O disposto nesta Lei se aplica aos novos contratos de concessão pública de rodovia, assim como às futuras renovações de contratos.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.